

1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO**Estudo Técnico Preliminar 9/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64039.001714/2026-28

2. Descrição da necessidade

2.1. Continuamente há a necessidade do Batalhão de manter suas instalações prediais em perfeitas condições de uso, por meio de manutenções preventivas, preditivas e corretivas. É importante frisar que tais instalações já possuem mais de sete décadas de uso, o que torna tais atividades cada vez mais frequentes e complexas.

2.2. Anualmente esta Organização Militar (OM), necessita adquirir materiais de construção em geral para suprir as demandas dos trabalhos diversos, assim como das instalações de sua sede (alojamentos, refeitórios, companhias, seções e demais áreas comuns) e vilas militares. Diante disso, é necessário que esta OM se empenhe no zelo para a conservação dessas instalações, o que consequentemente será refletido em um ambiente agradável de trabalho aos seus militares, servidores civis e demais usuários.

2.3. Uma possível aquisição dos itens contidos nesse certame faz-se necessária para o perfeito funcionamento e segurança das diversas instalações do 1º Batalhão de Engenharia de Construção – 1º BEC, bem como proporcionar o bem-estar do público interno e visitantes que diariamente comparecem ao batalhão, assim como os usuários dos hotéis de trânsito e demais áreas, uma vez que o Batalhão precisa mantê-los sempre em boas condições de uso.

2.4. Ademais, trata-se de objeto cuja necessidade de uso frequente é de suma importância para atender as demandas das manutenções aqui realizadas, enquadrados com bem comum e contínuo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de Obras	Thiago Alves de Oliveira - 2º Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local especificado, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

4.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, a terceiros, ou ao meio ambiente, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da entrega do material;

4.1.9. A licitante vencedora deverá cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho no que for pertinente à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados;

4.1.10. É de responsabilidade da contratada os Planos de Prevenção de Acidente, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Operacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas referentes à atividade que estiver exercendo;

4.1.11. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico àqueles constantes na requisição fornecida pelo fiscal de contrato.

4.1.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

4.1.13. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

4.1.14. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

4.1.15. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto e, ainda, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

4.1.16. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono.

4.1.17. Fornecer os itens objeto dessa licitação aos preços auferidos com a aplicação do PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os preços oficiais previstos nas tabelas atualizadas no SINAPI/RN.

4.1.18. Será considerada a tabela SINAPI/RN do mês da requisição ou a mais recente no momento da solicitação.

4.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017.

4.3. Requisitos Técnicos e de Sustentabilidade:

4.3.1. Os critérios de sustentabilidade deverão ser fundamentados no desenvolvimento econômico, social e na conservação do meio ambiente, além de serem baseados nas diretrizes de sustentabilidade, com menor impacto sobre recursos naturais, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local e maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

4.3.2. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/21 e com o art. 5º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.3.4. Além das obrigações da contratada, os bens e materiais a serem fornecidos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

4.3.4.1. Conformidade com as normas da ABNT aplicáveis aos itens licitados, devendo ser indicada a norma técnica específica quando houver;

4.3.4.2. Produtos sujeitos a certificação compulsória do INMETRO deverão apresentá-la obrigatoriamente;

4.3.4.3. Madeira utilizada deverá ser de procedência legal, nos termos do Decreto nº 5.975/2006 e da Portaria MMA nº 253/2006;

4.3.4.4. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.3.4.5. Embalagens deverão ser reduzidas ao mínimo necessário e preferencialmente confeccionadas em material reciclável;

4.3.4.6. Para produtos cuja atividade esteja sujeita a licenciamento ambiental ou ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA, exigir-se-á a comprovação de regularidade.

4.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um ano, do prazo total recomendado pelo fabricante.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis para o atendimento da necessidade administrativa, não se confundindo com a pesquisa de preços.

5.1.1. No caso em tela, avaliou-se a possibilidade de aquisição direta dos insumos por meio de pregão com desconto sobre a Tabela SINAPI-RN, prática já adotada por outros órgãos da Administração Pública Federal (militares e civis).

5.1.2. Também foi examinada a alternativa de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos, a qual se mostrou inviável em razão da especificidade dos insumos necessários (locais de entrega e tabela SINAPI de outros estados);

5.1.3. Ainda foi considerada a possibilidade de locação ou doação de materiais de construção, mas tal alternativa não se mostrou viável por não atender às características de continuidade e diversidade da demanda do 1º BEC.

5.1.4. Após a análise, conclui-se que a alternativa mais adequada é a aquisição de insumos com base na Tabela SINAPI, mediante registro de preços, por ser a opção que garante maior economicidade, transparência, padronização e confiabilidade, pois o SINAPI é mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.2. Considerando a ampla gama de materiais de construção demandados pelo 1º BEC e a impossibilidade prática de discriminar e quantificar previamente todos os itens a serem utilizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, declara-se a inviabilidade técnica de especificação individualizada dos itens licitados. Dessa forma, adota-se como parâmetro a Tabela SINAPI do Estado do Rio Grande do Norte, em consonância com o Parecer nº 00021/2024/DECOR/CGU/AGU, assegurando a vantajosidade, economicidade e proteção do interesse público.

5.3. O preço dos itens solicitados devem ser atualizados e utilizados segundo as modificações que forem publicadas pela Caixa Econômica Federal – CEF.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação da Ata de Registro de Preços, por igual período, com a possibilidade de renovação do quantitativo originalmente registrado, conforme Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

6.2. Forma de Cotação: Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO oferecido na Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil, Não Desonerada, referente ao mês de JANEIRO de 2026, após a assinatura da Ata o valor de referência será o do mês corrente com a aplicação do desconto dado como lance no respectivo pregão.

6.2.1. Justificativa do Critério de Julgamento: O critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI-RN, por se tratar de metodologia já consolidada na Administração Pública e empregada em contratações similares realizadas por outros da órgãos da Administração Pública Federal (militares e civis). Esse critério garante maior vantajosidade, pois permite que a Administração obtenha preços inferiores aos de referência do SINAPI, tabela oficial que reflete os custos médios da construção civil no mercado. Foram analisadas alternativas como a fixação de preço global ou a adoção de preços unitários fechados, mas ambas se mostraram menos adequadas, uma vez que não refletem a variação natural do mercado ao longo da execução da Ata e podem restringir a competitividade. Assim, conclui-se que a adoção do critério de maior desconto sobre a Tabela SINAPI é o que melhor atende aos interesses da Administração, por assegurar economicidade, transparência e ampla competitividade, de acordo com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2. Essa previsão visa garantir a economicidade e a vantajosidade da contratação, bem como ampliar a eficiência administrativa na aquisição de itens padronizados e praticados no mercado nacional de construção civil, nos termos dos arts. 5º, 11 e 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Cada item corresponde a um conjunto de Classes da tabela SINAPI: abrangem materiais de construção como: cimento, areia, brita, blocos, tijolos, telhas, argamassas, cal, tintas, massas, impermeabilizantes, solventes e removedores, fundos e seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis e rolos, revestimentos cerâmicos e semelhantes, materiais de gesso comum, drywall, pvc, complementos e demais materiais da construção civil.

6.4. Do Valor de Referência:

6.4.1. Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens considerados no presente Certame.

6.4.2. O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI - Relatório de insumos e composições – JANEIRO /2026, para o Estado do Rio Grande do Norte, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, na vigência do contrato com os valores atualizados pelo índice.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos a serem licitados, foram levantados com base nas necessidades de exercícios anteriores, bem como no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 49/2025.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.813.823,00

8.1. O valor total pretendido para a presente contratação é de R\$ 852.546,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais), com valores unitários e totais, conforme item 1.1 do Termo de Referência.

8.2. A Pesquisa de Preços foi com referência no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil para o estado do Rio Grande do Norte (TABELA SINAPI-RN - JANEIRO/2026), não desonerada.

8.3. A justificativa para a não utilização do Pannel de Preços, do qual trata o inciso I do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/SEGES, de 7 de julho de 2021, encontra-se na própria natureza da Tabela SINAPI-RN, que é uma publicação que dispõe sobre preços praticados no mercado, gerida de forma compartilhada entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme previsto no Decreto nº 7.983 /2013.

8.4. Para efeito de cotação, será levado em conta o regime de MAIOR DESCONTO por item, tomando com referência a Tabela SINAPI-RN. Nesse sentido, o licitante deverá iniciar a sua oferta com um percentual de desconto igual ou maior que o mínimo aceito para cada item.

8.5. Do Valor de Referência: para obter-se o custo estimado, atribuiu-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens do certame.

8.6. O Decreto nº 7.983/2013 determina que os custos do SINAPI sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União.

8.7. A Tabela SINAPI-RN, por conter uma pesquisa mensal de preços por região, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Visando ampliação da disputa objetivando a obtenção da proposta mais vantajosa para administração, foi adotado o parcelamento na presente licitação conforme regra prevista no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

9.2. Para situação de entrega única ou parcelada dos bens, estas serão de acordo com as necessidades da contratante e a demanda dos serviços a serem executados.

9.3. Dessa forma a opção pelo parcelamento da solução, com o emprego da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, é a opção mais vantajosa para o Batalhão, visando principalmente a economia de escala, no decorrer da compra pública, em atendimento as necessidades do 1º BEC.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão nos Objetivos Organizacionais, Fatores Críticos de Sucesso e Ações Estratégicas de números 1 (Melhorar a Infraestrutura) e 2 (Otimizar os Processos Administrativos e a Gestão Financeira e Orçamentária) Plano Anual de Contratação do 1º BEC, conforme:

- Id pca PNCP: 00394452000103-0-000035/2026;
- Data de publicação no PNCP: 24/04/2025;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de insumos por meio da Tabela SINAPI/RN é viável para esta administração por englobar uma vasta lista de materiais de construção, tornando o processo menos demorado e eficaz, otimizando a produtividade dos agentes públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

13.2. Caso haja prorrogação da Ata de Registro de Preços, será possível a renovação dos quantitativos originalmente registrados, desde que comprovada a vantagem para a Administração, devendo constar previsão expressa no Edital e na própria Ata de Registro de Preços, em conformidade com o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e com o disposto no art. 5º, inciso IV, e art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

14.2. Os critérios de sustentabilidade deverão ser fundamentados no desenvolvimento econômico, social e na conservação do meio ambiente, além de serem baseados nas diretrizes de sustentabilidade, com menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

14.3. Os materiais a serem fornecidos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.5. Que os materiais sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

14.7. Para materiais, cuja atividade estiver enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 22, de 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

14.8. Para o fornecimento dos materiais, a contratada deverá obrigatoriamente utilizar madeira de procedência legal (Decreto 5.975, de 2006 e Portaria 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente), bem como adotar procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil (Resolução nº 307, de 05/07/2002 do CONAMA).

14.9. A Contratada deverá apresentar, quando da apresentação da Nota Fiscal do produto, a comprovação do registro do fabricante no Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (FTEs) ou Utilizadoras de Recursos Ambientais previstas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021, e legislação correlata.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante do exposto nestes Estudos Técnicos Preliminares, a contratação é adequada necessidade a que se destina, considerando que não extrapola o orçamento da instituição, ou seja, a contratação do serviço em questão, mostra-se possível, técnica e fundamentalmente necessária e viável ao batalhão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO ALVES DE OLIVEIRA

Comandante do Pelotão de Obras

JOAO PEREIRA DE ARAUJO

Equipe de apoio